

SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS GOVERNOS LULA I E II

Eugênia Lisboa Pereira¹,
Marcela de Oliveira Pessoa(orientadora)²,
Anna Laís Ribeiro Santos (coautora)³,
Milene Meyre da Silva (coautora)⁴,
Viktória Emille Castro Carneiro (coautora)⁵

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar a construção e as transformações ocorridas no campo da segurança pública no Brasil, bem como os déficits e problemas ainda existentes. A partir de um levantamento bibliográfico sobre o campo da segurança pública no Brasil, realizou-se uma análise buscando compreender de que maneira o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) abordou essa temática em seus dois primeiros mandatos. Esta pesquisa faz parte do projeto intitulado “Quando ele fala e falam por ele: a trajetória sociopolítica do Brasil contada através dos discursos de um torneiro mecânico reconduzido à presidência - 1978/2024”, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Marcela de Oliveira Pessoa, que busca analisar em que medida os discursos do presidente Lula se articulam às mudanças experimentadas pela sociedade brasileira nos últimos 45 anos em prol de novas configurações horizontais que rompem com a trajetória autoritária da política brasileira. Neste escopo, a contribuição da presente investigação está no exame sobre, em que medida, Lula atuou em prol do aperfeiçoamento das questões de segurança pública em termos de medidas implementadas, campos políticos articulados e manutenção ou ruptura da lógica repressiva vigente. Em linhas gerais, observa-se que no campo da segurança pública falta investimentos e abertura para a modernização, o que consolidou um cenário em que seu papel tem sido, quase que exclusivamente, desempenhado pela força policial. Enquanto isso, o sistema judiciário, com seu conjunto organizado de normas e leis, tem por finalidade promover estabilidade no convívio social mas se baseia num sistema de justiça classista e num modelo de segurança pública que beneficia determinados grupos sociais em detrimento de outros.

¹ Graduanda do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

² Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Doutora em Sociologia Política (2016), mestra em Políticas Sociais (2012) e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro..

³ Graduanda do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

⁴ Graduanda do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

⁵ Graduanda do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

PALAVRAS-CHAVES: Criminalidade, Governo Lula, Segurança Pública, Política Pública

ABSTRACT

The present study aims to identify the construction and transformations that have occurred in the field of public safety in Brazil, as well as the existing deficits and problems. Based on a bibliographic survey of the field of public safety in Brazil, an analysis was conducted to understand how President Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) addressed this issue during his first two terms.

This research is part of the project entitled “When he speaks and they speak for him: the sociopolitical trajectory of Brazil told through the speeches of a metal turner returned to the presidency - 1978/2024”, coordinated by Prof. Dr. Marcela de Oliveira Pessôa. This project seeks to analyze to what extent President Lula's speeches articulate with the changes experienced by Brazilian society over the last 45 years in favor of new horizontal configurations that break with the authoritarian trajectory of Brazilian politics.

Within this scope, the contribution of the present investigation is the examination of to what extent Lula acted in favor of improving public safety issues in terms of implemented measures, articulated political fields, and the maintenance or rupture of the prevailing repressive logic.

KEYWORDS: (Crime, Lula Government, Public Security, Public Policy).

INTRODUÇÃO

Uma política de segurança pública pode ser definida como um conjunto de medidas que o Estado utiliza na tentativa de manter a estabilidade social, tendo como base a prevenção da criminalidade e da violência (DE OLIVEIRA 2020). Desde o Brasil colonial, as políticas de segurança pública assumem uma abordagem conservadora e punitivista. Isso se justifica pelo caráter da tradição inquisitorial, herdada da colonização portuguesa, que moldou a forma como a segurança e o sistema judiciário foram organizados no país. Tal tradição é marcada pela abordagem violenta, com ações premeditadas em que se exercia a prática do tormento com o objetivo de extrair uma confissão do acusado (LIMA, L. 2023; LIMA, R. 2003).

Historicamente, as instituições policiais sofreram poucas mudanças estruturais mantendo um perfil repressivo e excludente. Embora o sistema de segurança pública tenha passado por algumas reformas desde a Constituição de 1988, na busca de dissipar esse perfil repressivo e de atos discriminatórios herdados da tradição inquisitorial, a sua postura geral permanece inalterada.

A presente pesquisa visa identificar como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) abordou a questão da segurança pública nos seus dois primeiros mandatos. Buscamos identificar as políticas e medidas relacionadas à segurança e suas vicissitudes no período estudado. Trata-se de um campo relevante no que tange ao desenvolvimento social e político brasileiro, visto que envolvem questões social e institucional para além da ordem criminal. Por se tratar de uma área

pouco pesquisada, reforça-se a necessidade de aprofundar os estudos e promover discussões acerca de uma temática tão ampla.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo foi conduzido em duas etapas principais: uma base bibliográfica e outra documental. A primeira etapa envolveu um levantamento bibliográfico e teórico extensivo sobre a segurança pública no Brasil com o objetivo de identificar as principais questões e debates produzidos em relação à segurança pública utilizando como recurso livros, artigos científicos, dissertações e teses relacionadas ao campo de estudo. Tais pesquisas foram realizadas por meio das plataformas, Google, Google Acadêmico e SciELO com o auxílio de palavras-chave relevantes, tais como: segurança, prisões, violência e criminalidade.

Na segunda etapa, tendo por recorte temporal os dois primeiros mandatos de governo do presidente Luiz Inácio Lula Da Silva (2003 – 2010), foi realizado o levantamento de dados para identificar as políticas implementadas no nível federal. Além disso, com o intuito de compreender a atuação do presidente, foi feito o levantamento dos discursos oficiais e entrevistas concedidas pelo presidente disponíveis no banco de dados da biblioteca da presidência da república.

Para compor o material levantado para esta parte da pesquisa, foi utilizada, para a seleção de pautas, entrevistas e discursos, a estratégia de análise de conteúdo RICHARDSON (RICHARDSON, 1999). Por sua vez, para a compreensão das narrativas do sujeito da pesquisa, se utiliza da análise de discurso FAIRCLOUGH (FAIRCLOUGH, 2001.). A análise de discurso utiliza-se das estratégias da abordagem teórica de Pierre Bourdieu, apropriando-se da conceituação sobre poder, campo, estrutura social entre outros atributos de relevância para a compreensão do fenômeno observado.

Resultados

Com o governo Lula, a segurança pública ganhou maior enfoque, aumentando as discussões, criando novas pautas e com algumas medidas efetivadas e outras não.

As propostas do governo de Lula visaram detectar as contradições e lacunas do modelo vigente para promover melhorias, com o objetivo de aprimorar a ação policial articulando-a a sociedade civil e de romper com a ideia de que a solução da criminalidade estava apenas no aumento de policiais nas ruas. Seu governo elaborou e implementou diversas ações destacando-se, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci, que tinha por

proposta articular os órgãos federais, estaduais e municipais para implementar ações para a prevenção, controle e repressão da criminalidade, integrando políticas sociais e proteção às vítimas. Criou-se em 2003 a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR com o objetivo de combater o racismo e promover a igualdade racial. Também foi criado o Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), que institui regras no que se refere à posse, porte e registros de armas de fogo com a finalidade de diminuir a violência, aumentando, assim, a segurança; e a Lei de Drogas (Lei nº 11.343/ 2006), visando prevenção ao uso de drogas, reintegração social e repressão ao tráfico. Por fim, destaca-se a criação da Força Nacional de Segurança Pública (Decreto nº 5.289/2004) com o programa de cooperação entre os estados e União com a finalidade de preservar a ordem pública, proteger as pessoas, o patrimônio e atuar em emergências. Percebeu-se que o governo Lula se fez presente e colaborou num período de transição importante a área da segurança pública, que no século XXI passa a ocupar espaço mais evidente nas agendas políticas nacionais, embora ainda enfrentam limitações estruturais.

Conclusão

Embora recorrente nos debates políticos e eleitorais, a segurança pública é utilizada com o intuito de comover e mobilizar a base social. Apesar de ser prioridade nas campanhas, muitos políticos desmobilizam questões relacionadas a essa área após eleitos; seja pela complexidade do tema, ou pelo risco de prejudicar sua imagem pública. Por sua vez, a falta de investimentos e a baixa abertura para a modernização, consolidaram um cenário em que a segurança pública se restringe ao uso da força policial. Em essência, o modelo brasileiro se pautou em uma visão punitiva e reativa, em vez de uma conduta preventiva e sistêmica. A abordagem violenta, a coerção e até abusos físicos são vistos, em alguns casos, como parte natural da ação policial – ação herdada das práticas de torturas, que visavam a culpabilidade do indivíduo. Nesse sistema, evidencia-se uma justiça que se constrói de modo restritivo para as possibilidades de provar a inocência do réu (LIMA, L. 2023; LIMA, R. 2023).

Diante disto, o presente estudo buscou identificar as principais medidas implementadas nos Governos Lula I e II em prol das questões de segurança pública para perceber pontos de ruptura ou manutenção da lógica inquisitorial. Lastreou-se ações de significativa relevância para a história social e política brasileira. Por se inserir na elaboração de uma monografia de Ciências Sociais e compor um projeto de pesquisa maior, este estudo retrata uma visão ainda parcial dos resultados. Ele terá, agora, continuidade com a análise dos discursos de Lula, já previamente identificados, que abordam o tema da segurança pública, suas pautas e políticas implementadas no contexto histórico e social recente para o país.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; CIFALI, Ana Cláudia. Política criminal e encarceramento no Brasil nos governos Lula e Dilma: Elementos para um balanço de uma experiência de governo pós-neoliberal. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 105–127, 2015. DOI: 10.15448/1984-7289.2015.1.19940. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/19940>. Acesso em: 3 ago. 2025.

BALLESTEROS, Paula Rodriguez. Gestão de políticas de segurança pública no Brasil: problemas, impasses e desafios. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 6–22, 2021. DOI: 10.31060/rbsp.2014.v8.n1.353. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/353>. Acesso em: 13 jun. 2025.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas lingüísticas. São Paulo: Edusp, 2008.

CAMPOS, M. DA S.. Crime e Congresso Nacional: uma análise da política criminal aprovada de 1989 a 2006*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 15, p. 315–347, set. 2014.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de; SILVA, Maria do Rosário de Fátima. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. *Revista Katálysis*, v. 14, p. 59-67, 2011

CIFALI, Ana Claudia. POLÍTICA CRIMINAL BRASILEIRA NO GOVERNO LULA (2003-2010): diretrizes, reformas legais e impacto carcerário. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 1–15, 2017. DOI: 10.12957/cesp.2016.20896. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/CESP/article/view/20896>. Acesso em: 31 jul. 2025.

DA NÓBREGA JÚNIOR, José Maria Pereira. O que se escreve no Brasil sobre Segurança Pública? Uma revisão da literatura recente. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 14–47, 2019. DOI: 10.31060/rbsp.2018.v12.n2.945. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/945>. Acesso em: 1 ago. 2025.

DE OLIVEIRA, L. S. Segurança pública no Brasil: uma questão de cidadania (?). O **Público e o Privado**, Fortaleza, v. 12, n. 24 jul.dez, p. 153–175, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2581>. Acesso em: 7 set. 2025.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001.

LIMA, Lana Lage Da Gama ; LIMA, Roberto Kant De . VIOLÊNCIA E PRÁTICAS JUDICIÁRIAS: TRÊS MOMENTOS HISTÓRICOS: Violência e Práticas Judiciárias - A Tortura nas Práticas Inquisitoriais⁶ Práticas Judiciárias e Violência, Hoje⁷. *Revista Campo Minado*, v. 3, n. 4, Niterói, páginas 150-167, 1º sem. 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/campominado/article/view/58139>. Acesso em 01 ago. 2025

⁶ LIMA, Lana Lage da Gama. 'Violência e Práticas Judiciárias: Três Momentos Históricos'. In.: *Anais do VII Encontro Regional da ANPUH-CCS/UERJ*, 1996., pp. 63-67.

⁷ LIMA, Roberto Kant de. 'Práticas Judiciárias e Violência. Hoje'. In.: *Anais do VII Encontro Regional da ANPUH-CCS/UERJ*, 1996., pp. 67-72

XXIX Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica 2025

LIMA, Roberto Kant de. Direitos Civis, Estado de Direito e "Cultura Policial": A Formação Policial em Questão. 2003.

MARTINS, Alexandre de Almeida. A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E A TRANSFORMAÇÃO DA ORDEM DO CRIME NA SOCIEDADE FLUMINENSE (1960-1989). Revista Campo Minado: Estudos Acadêmicos em Segurança Pública, Niterói, v. 4, ed. 5, p. 64-85, 19 abr. 2024. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/campominado/article/view/62676>. Acesso em: 2 ago. 2025.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 334 p. ISBN 9788522421114.

O presente projeto foi desenvolvido com apoio da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB, através da concessão de bolsa de estudo de iniciação científica, Processo nº 072.9886.2024.0028671-04 realizada em conformidade com o Edital nº 090/2024.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Bolsas De Iniciação Científica - UESB/RTR/PPG/GPI/BOLSAS-IC

